

Filipe Piedade*

A ameaça nazi para o colonialismo português (1930-1933)¹

R E S U M O | *Este trabalho procura tentar perceber se, sendo Portugal uma potência colonial, as elites jornalísticas portuguesas recearam, durante o período de 1930-1933, que a Alemanha nazi pudesse vir a representar uma ameaça para o Império colonial português.*
Este artigo resulta da investigação apresentada na dissertação de mestrado com o título: «A caminho do Estado Novo e do Terceiro Reich: a “Lição de Hitler” e a “Lição de Salazar” na imprensa portuguesa (1930-1933)».
Palavras-Chave: Salazarismo; nazismo; Império; colonialismo.

A B S T R A C T | *This work tries to uncover if, regarding that Portugal was a colonial power, the Portuguese journalistic elites feared, within the 1930-1933 period, that the Nazi Germany could represent a threat to the Portuguese colonial Empire in the future.*
This article includes results from the investigation that was presented in the Masters dissertation under the title: «A caminho do Estado Novo e do Terceiro Reich: a “Lição de Hitler” e a “Lição de Salazar” na imprensa portuguesa (1930-1933)».
Keywords: Portugal; salazarismo; Nazism; Empire, colonialism.

Introdução

Este trabalho procura perceber se, sendo Portugal uma potência colonial, as elites jornalísticas portuguesas recearam, durante o período de 1930-1933, que a Alemanha nazi pudesse vir a representar uma ameaça para o Império colonial português. Nesse sentido, apresenta-se uma análise do discurso jornalístico produzido sobre a ascensão do Nacional-Socialismo e, particularmente, sobre as implicações que a consolidação de um regime alemão alinhado com as diretrizes ideológicas defendidas pelo nazismo poderia vir a ter em relação à manutenção das colónias portuguesas em África. Para tal foram selecionados quatro periódicos, que cremos serem representativos de diferentes correntes políticas que desempenharam um papel no derrube da Primeira República e na posterior instituição da Ditadura Militar que se lhe seguiu. Nesse sentido, analisaremos dois jornais que davam claramente o seu apoio a Salazar (*Diário da Manhã* e *Novidades*), aos quais juntamos um outro (*Revolução*) que, apoiando a Ditadura, acabaria por

* Mestre em História Contemporânea pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Bolseiro de Investigação (PTDC/HIS-HIS/121001/2010).

¹ Este trabalho é financiado por Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto Estado e memória: políticas públicas da memória da ditadura portuguesa (1974-2009), (PTDC/HIS-HIS/121001/2010).

procurar que essa não se viesse a definir pelos moldes propostos pelo salazarismo, e, finalmente, um último jornal (*República*) que, representando uma oposição moderada à ditadura, ia sendo por esta tolerado e que, assim sendo, cremos, poderá proporcionar uma boa fonte de contraste relativamente ao posicionamento ideológico defendido pelos restantes jornais selecionados.

Uma ameaça para o Império Colonial Português?

A proteção do Império Colonial português foi permanentemente uma questão na qual o salazarismo beneficiou de um largo consenso entre as elites políticas portuguesas. Efetivamente, «a defesa do direito de Portugal às suas colónias e a identificação dessas colónias como uma chave para um futuro próspero eram áreas nas quais o Estado Novo não precisava de inovar. Todos os grupos das elites portuguesas estavam, a este respeito, de acordo»². Não admira, portanto, que a rápida emergência do Nacional-Socialismo, na Alemanha, fosse acompanhada pelas elites jornalísticas e políticas portuguesas suas contemporâneas com particular atenção e interesse. Com efeito, sendo Portugal uma potência colonial, dificilmente poderia deixar de prestar toda a atenção aos ecos das declarações expansionistas que Adolf Hitler ia dando a conhecer ao mundo. Aquilo que procuramos apresentar ao leitor neste trabalho é a forma como alguns órgãos da imprensa nacional foram acompanhando a ascensão do Nacional-Socialismo alemão e, particularmente, como esses jornais foram relacionando a integridade do Império Colonial português com o programa e ideologia nazis.

O medo que os colonialistas portugueses sentiam face às reivindicações territoriais feitas pelos nazis, manifestar-se-ia ainda antes de estes passarem de uma representação parlamentar de 12 para 107 deputados, nas eleições de setembro de 1930. Aliás, para o jornal *República*, o facto de «a Alemanha quer[er] colónias», forçava os portugueses a «seguir[em] com cuidado o acto eleitoral» que se avizinhava no país germânico. Isto porque, as reclamações da Alemanha contra os tratados representariam uma questão «grave para numerosos países e até para nós próprios»³.

Mas não era apenas o revisionismo nazi, e da Alemanha em geral, que merecia a desconfiança dos colonialistas portugueses. A Inglaterra – tradicional aliada de Portugal – era igualmente vista com grande desconfiança no que tocava à proteção das colónias portuguesas. Prova dessa desconfiança eram as afirmações que se produziam, em dezembro de 1931, nas páginas do *República*. Nesse artigo o jornal republicano relembra «o que dizia o tratado anglo-alemão de 1913» que tinha procurado partilhar «o nosso ultramar, retalhando e desmembrando uma nação apegada à credulidade de que, perante a insaciabilidade de riquezas, ainda h[averiam] direitos» que a ela se sobrepusessem. Nesse sentido, o diário republicano acreditava que nada impediria «uma Inglaterra tradicionalista e uma Alemanha fascista» - descrevia-se já a Alemanha como “fascista”, mesmo que o nacional-socialismo demorasse ainda mais de um ano a chegar ao poder – de se entenderem no sentido de dar «o melhor êxito» a «um programa imperialista» que seria «apanágio das sociedades conservadoras»⁴. De facto, «os nacionalismos portugueses [...] manifestarão receios pelos apetites coloniais de praticamente todos os grandes contendentes. Primeiro, ao longo das campanhas revisionistas dos anos 30, face às reivindicações alemãs e até mesmo polacas; depois, e por ricochete, pelos efeitos que as reivindicações alemãs poderiam provocar junto dos britânicos, eventualmente disponíveis para apaziguar os alemães com a

² Filipe Ribeiro de Menezes, *Salazar, uma biografia política* (3ª ed., Lisboa: Dom Quixote, 2010), 119.

³ Autor não identificado, «As urnas! As eleições realizam-se amanhã em toda a Alemanha prevendo-se uma vitória das esquerdas», in *República*, 13.9.1930, Lisboa, p. 5.

⁴ Autor não identificado, «As nossas colónias em foco. Hitler, O Chefe fascista germânico que se prepara para assaltar o poder quer para a Alemanha um engrandecimento territorial, metropolitano e colonial», in *República*, 10.12.1931, Lisboa, pp. 5 e 8.

promessa de territórios coloniais portugueses»⁵.

Num clima de receio dos avanços alemães no sentido de negociarem com os britânicos a amputação ou desmembramento do Império Colonial português, Pires Avelanoso⁶, acérrimo defensor do colonialismo português, afirmaria nas páginas das *Novidades* que «não faltava mais nada do que uma nação falida» - referia-se obviamente, à Alemanha - «e que teima[va] em não querer pagar as suas dívidas, e honrar os seus compromissos, viesse a querer conquistar as nossas colónias, continuando a deixar as suas na posse dos seus actuais *mandatários!*» - lembre-se que, na sequência da sua derrota na Primeira Guerra Mundial, as colónias que a Alemanha ocupava em 1918 lhe tinham sido retiradas e entregues a outras potências coloniais através do sistema de *mandatos*, previsto nos estatutos da Sociedade das Nações. Mas, ainda assim, Pires Avelanoso parecia desvalorizar um possível perigo, vindo da Alemanha, para as colónias portuguesas, afirmando que, por essa altura, «os papões» já não assustariam «ninguém»⁷.

Extremamente curioso é que os nacional-sindicalistas portugueses se insurgissem também contra o fascismo e o nacional-socialismo quando se entrava na questão colonial. Dutra Faria – entusiástico admirador do nazismo – reconhecia que «tanto a Alemanha como a Itália» apenas poderiam «realizar os seus sonhos [imperialistas] pela agressão, pela guerra, matando, incendiando» e «devastando». Estas afirmações de Dutra Faria seriam, já por si só, surpreendentes, mas, Faria iria ainda mais longe ao afirmar que esses dois países seriam «os dois exemplos típicos do imperialismo anti-cristão, do imperialismo condenável, do imperialismo que vive[ria] e se alimenta[ria] à maneira de ave de rapina, da rapina [sic]»⁸. Embora Dutra Faria fizesse estas declarações ainda antes de os nazis tomarem o poder, não deixa de ser curioso que essa Alemanha, que rapidamente caminhava na direção do Terceiro Reich nazi – e que, por isso, ia sendo tão admirada pelos nacional-sindicalistas -, fosse, quanto aos seus “apetites” coloniais, tão veementemente criticada por um dos nacional-sindicalistas que mais prolificamente ia defendendo o nazismo alemão no diário do Nacional-Sindicalismo.

Para o então diretor do *República*, Ribeiro de Carvalho, não havia qualquer dúvida de que «a situação da Alemanha», por razões óbvias – entre as quais figuraria a questão colonial em primeiríssimo plano - «interessa[va] vivamente Portugal». Aliás, Ribeiro de Carvalho alertava para a necessidade de Portugal ter de «estar atento a tudo o que se passa[va] na Alemanha, porque o novo governo imperialista» - falava-se do governo “dos Barões” liderado por Franz von Papen – não iria «pôr apenas, em frente dos Aliados, os problemas das dívidas de guerra e das indemnizações», mas iria, igualmente, «pôr outro problema ainda mais importante e mais grave» - mais grave para Portugal, obviamente – que seria «o problema das Colónias». Essa tentativa da Alemanha de recuperar as colónias que lhe haviam sido «arrebataadas» far-se-ia «sob o pretexto» de a Alemanha necessitar «de mais larga expansão para os seus sessenta milhões de habitantes». E, Ribeiro de Carvalho concluía, afirmando abertamente que, de todas as negociações que se viessem a fazer com a Alemanha, essa questão colonial seria «o ponto mais negro» que deveria «merecer-nos especial atenção». Seria, antes de tudo o mais, por essa razão que Portugal deveria seguir essas negociações «com todos os sentidos apurados»⁹. Com estas declarações, tornava-se

⁵ ManuelLoff, “O nosso século é fascista” O Mundo visto por Salazar e Franco (1936-1945), (Porto: Campo das Letras, 2008), 229.

⁶ António José Pires Avelanoso (1861-1938): Em 1911 foi fundador da União Colonial Portuguesa. Mais tarde, viria a ser diretor do Arquivo das Colónias e da Legislação Colonial e secretário da Comissão Africana da Sociedade de Geografia de Lisboa e da Comissão de Protecção dos Indígenas dessa mesma sociedade. Tendo publicado vários livros sobre questões coloniais, viria ainda a ser colaborador assíduo de vários jornais portugueses (entre eles, do *República* e das *Novidades*).

⁷ Pires Avelanoso, «Questões coloniais. Manejos alemães sobre as nossas colónias e especialmente sobre Angola», in *Novidades*, 8.2.1932, Lisboa, p. 6. (Itálico no original).

⁸ Dutra Faria, «Em prol do Império», in *Revolução*, 4.4.1932, Lisboa, p. 1.

⁹ Ribeiro de Carvalho, «Política Internacional. Avizinha-se a primeira batalha», in *República*, 6.6.1932, Lisboa, p. 1.

absolutamente evidente a desconfiança que havia, entre os defensores do colonialismo português, relativamente a uma possível “deslealdade” da Inglaterra quanto à manutenção da integridade do Império Colonial português.

Preocupados também com as ambições coloniais do nazismo, os nacional-sindicalistas procurariam assegurar-se da manutenção do respeito pela soberania de Portugal nas suas colónias por parte dos nazis, junto do representante do nacional-socialismo que haviam descoberto em Lisboa. Numa entrevista a esse representante, os nacional-sindicalistas procurariam perceber se o nazismo teria interesse nas colónias portuguesas. Nesse sentido, relembra-se a esse representante que Portugal era «a terceira potência colonial do mundo» e que, portanto, tendo sido levantada a questão colonial pelo nacional-socialismo, importava saber qual a posição oficial do partido nazi relativamente aos interesses coloniais portugueses espalhados pelo mundo. O representante do nacional-socialismo procuraria, de imediato, tranquilizar os seus entrevistadores afirmando que o nazismo não teria «qualquer ambição menos legítima»¹⁰ relativamente às colónias portuguesas. A verdade é que essa afirmação, um tanto ambígua, de W. K. Gussmann parecia, pelo menos naquele momento, tranquilizar os nacional-sindicalistas quanto a esta questão.

Já depois da nomeação de Hitler como chanceler alemão, o jornal *Diário da Manhã* (DM), prevendo uma «das maiores tempestades da História», relembra que, de facto, Portugal estaria obrigado a «estar alerta à marcha dos acontecimentos, das paixões e das ideias...», já que, afinal, Portugal tinha «interesses a defender em quatro continentes»¹¹. De facto, como relembra o *República*, Portugal, sendo «a terceira potência colonial do mundo», não deveria ser tratado como «todas as outras pequenas potências», sendo, por isso mesmo, inaceitável que se discutisse a divisão do seu Império Colonial «sem sequer o ouvir». O medo de que se negociasse a entrega das colónias portuguesas aos alemães “nas suas costas” seria constante ao longo de todo esse período de instabilidade política que havia originado o triunfo do nacional-socialismo na Alemanha. Era esse mesmo medo que levava Ribeiro de Carvalho a reiterar que Portugal não poderia «ser considerado, tendo em vista apenas a estreita faixa de terra que ocupa ao longo do Atlântico», mas sim considerando o «bloco» que se formava «com os seus territórios da Metrópole e os seus territórios do Ultramar, em todos os continentes»¹². Os colonialistas portugueses procuravam, insistentemente, afirmar Portugal como uma potência mundial, que deveria ser consultada antes de todas as grandes decisões geoestratégicas – principalmente no que interferisse com questões coloniais -, através da exaltação da grandiosidade do seu Império Colonial.

Já que as declarações que o enviado do nacional-socialismo em Lisboa fez ao *Revolução* não tinham conseguido acalmar a especulação que se fazia em volta da cobiça alemã sobre as colónias portuguesas, o próprio Rolão Preto, decidiria enviar uma carta ao Ministro da Alemanha em Lisboa¹³, com a qual procurava uma tranquilização definitiva relativamente às ambições coloniais da Alemanha nazi. O líder do Nacional-Sindicalismo questionava o Ministro da Alemanha sobre «o boato de que o governo alemão [...] teria colaborado num plano de partilha das províncias portuguesas de além mar», pedindo que o diplomata germânico se pronunciasse sobre a veracidade desse mesmo boato. A resposta de Freytag seria categórica:

«Meu caro senhor: - Ao seu amável pedido de lhe transmitir uma informação sobre a verdade dos boatos que se referem a uma colaboração do Chanceler do Império na partilha das províncias portuguesas de além-mar, posso responder-vos que estou autorizado pelo

¹⁰ Autor não identificado, «A verdade sobre o Movimento “Nazista”. Uma nova e sensacional entrevista [com W. K. Gussmann]», in *Revolução*, 22.8.1932, Lisboa, p. 5.

¹¹ P. R., «União Nacional mentalidade moderna», in *Diário da Manhã*, 20.2.1933, Lisboa, p. 1.

¹² Ribeiro de Carvalho, «A hora que passa... Portugal e o plano da paz tratado em Roma», in *República*, 22.3.1933, Lisboa, p. 1.

¹³ Hans Freytag seria Ministro Plenipotenciário da Alemanha em Portugal entre 1933 e 1934.

meu Governo a declarar formalmente que esses boatos não têm fundamento, não tendo o Chanceler tido a esse respeito a menor interferência»¹⁴.

Com esta segurança dada pelo diplomata alemão encerrar-se-ia o debate sobre a questão colonial no diário nacional-sindicalista, que viria, aliás, a ser suspenso 4 meses mais tarde.

Para o *República*, as garantias que o diário nacional-sindicalista ia procurando obter dos representantes do nacional-socialismo em Portugal quanto ao desinteresse do mesmo relativamente às colónias portuguesas, não chegavam para que se atenuasse, sequer, o medo que o revisionismo professado pelos nazis inspirava nos seus colaboradores. Isto porque, para o diário republicano, «sempre que a Alemanha fala[va] mais alto em querer colónias», havia quem, «por esse mundo além», se lembrasse «estupidamente [...] das colónias portuguesas». No fundo, para o jornal republicano, o verdadeiro problema não estaria no facto de a Alemanha querer voltar a ter colónias mas sim na possibilidade de essas poderem vir a ser retiradas a Portugal. Nesse sentido, o *República* recomendava à Alemanha que pedisse colónias «a quem lhas tirou», já que, «as nossas... já eram nossas»¹⁵.

Curiosamente, dos jornais aqui apresentados, foi o *República* aquele que mais destaque deu a uma possível ameaça das colónias portuguesas, na sequência da tomada do poder alemão pelos nazis. Nesse sentido, Ribeiro de Carvalho voltaria a debruçar-se sobre este tema, em julho de 1933. Nesse seu artigo, o então diretor do *República*, começava por equiparar a Alemanha desse período a «um colossal vespeiro» que se ia alimentando da «ideia da revanche e [d]o espírito de desforra». Felizmente, Portugal «est[ava] longe desse braseiro colossal», não chegando a terras lusas «o ruído sinistro do rodar dos canhões e do tilintar dos sabres». Mas, mesmo estando o território metropolitano português, aparentemente, a salvo das armas nazis, Ribeiro de Carvalho relembra que Portugal tinha «colónias apetecidas e cobiçadas» o que, reafirmava-se, obrigaria o nosso país a estar «atento e cauteloso, de ouvido sempre à escuta e [com o] coração sempre alerta», seguindo com toda a atenção «o desenrolar da grande tragédia alemã».

Mas Ribeiro de Carvalho demonstrava não temer apenas as ambições alemãs. Na realidade, Portugal não «pode[ria] isolar-se diante dos adversários nem adormecer ao lado dos amigos». Ou seja, o país – e, obviamente, o regime que o representava – deveria tentar manter boas relações com a Alemanha e, mais importante ainda, deveria estar atento e preparado para possíveis “deslealdades” da Inglaterra no que tocava às colónias portuguesas do Ultramar. Aliás, as desconfianças portuguesas em relação às intenções britânicas eram de tal forma acentuadas que levariam Ribeiro de Carvalho a deixar um recado, que, claramente, se pode perceber que era enviado aos ingleses, afirmando que existiriam «povos práticos que deixam ficar os próprios amigos para trás, desinteressando-se da sua sorte, quando eles, por sua vez se deixam adormecer a meio caminho»¹⁶. Com efeito, tal como os colaboradores do *República*, também «os salazaristas suspeitaram quase sistematicamente de uma pretensa duplicidade e potencial deslealdade britânica, com várias razões históricas para o fazerem, é certo»¹⁷.

Se a perspectiva de o nazismo poder vir a despoletar uma nova guerra no continente europeu preocupava o *República*, a verdade é que aquilo que mais parecia preocupar o diário republicano – e neste ponto convergiam também o *DM*, as *Novidades* e o *Revolução*, muito embora este

¹⁴ Autor não identificado, «Fala a Alemanha. O senhor Ministro da Alemanha em Lisboa desmente os boatos da interferência do seu Governo no plano da partilha do ultramar português», in *Revolução*, 31.3.1933, Lisboa, p. 1.

¹⁵ Autor não identificado, «Ditos...e feitos. Colónias», in *República*, 5.6.1933, Lisboa, p. 1.

¹⁶ Ribeiro de Carvalho, «Diante do perigo. Problemas internacionais que interessam a Portugal», in *República*, 15.7.1933, Lisboa, p. 1.

¹⁷ Manuel Loff, *As duas ditaduras ibéricas na Nova Ordem eurofascista (1936-1945) autodefinição, mundivisão e Holocausto no Salazarismo e no Franquismo*, (Vol. I da Dissertação de Doutoramento em História e Civilização, Florença: Instituto Universitário Europeu, 2003), 421.

último procurasse afastar a possibilidade de o nacional-socialismo poder vir a ser uma ameaça para o Império Colonial português – era uma supostamente «apregoa[da] [...] necessidade de expansão» da Alemanha, «não só em África, como noutras partes do mundo». No fundo, o jornal republicano parecia acreditar que, no caso de se tornar efetivo um expansionismo germânico, o território português da Metrópole estaria a salvo – graças, antes de mais, à distância geográfica que separava a Alemanha de Portugal –, enquanto que, as colónias portuguesas poderiam vir a ser perdidas nessa vaga expansionista alemã. No caso de tal acontecer, segundo o *República*, esses territórios perderiam tanto ou mais do que Portugal, já que, a Alemanha, «diz[endo]-se possuidora duma super-civilização que julga[ria] necessário espalhar por todo o orbe [sic]» - numa retórica muito similar àquela utilizada por todos os defensores do colonialismo português, e não só... -, difundiria por esses territórios o que, na realidade, seria uma «falsa cultura». Nesse mesmo sentido, perguntava-se o «que lucraria a humanidade com a difusão [...] pelo mundo [d] um sistema truculento» que destruíria «a harmonia social?».

Para o diário republicano, bastaria já «a todos o triste exemplo de além Reno», onde se perseguia «com furor medieval os portadores doutras ideias», tais como as «ideias de tolerância, respeito e fraternidade». Com a doutrina nazi, a cultura alemã ter-se-ia colocado «à margem da civilização», dessa mesma “civilização” da qual o colonialismo português seria portador e veículo. E, como tal, concluía-se relembando que teriam sido os portugueses quem tinha feito «da selva brasileira um florescente e rico país», tendo Portugal feito «sacrifícios sem conta» para «elevar e civilizar» as suas colónias, o que, faria com que o nosso país não necessitasse de «lições de ninguém»¹⁸.

Usando os mais variados argumentos, a verdade é que a necessidade de defesa das colónias portuguesas era um ponto de genuíno consenso entre salazaristas, católicos, republicanos e nacional-sindicalistas. Numa época de crescente expansão do fascismo na Europa e no mundo, «a Alemanha e a Itália» eram vistas como «potenciais agressores» do Império Colonial português e, de facto, seriam «uma fonte de inquietação permanente ao longo da década de 1930»¹⁹ para as elites políticas portuguesas desse período.

Conclusões.

O estudo do discurso jornalístico produzido pela imprensa portuguesa durante o período 1930-1933, ao longo do qual se vão definindo quase em simultâneo os regimes salazarista, em Portugal, e nazi, na Alemanha, demonstra, inequivocamente, que, face às reivindicações nazis, o medo que dominava as elites portuguesas relacionava-se com a possibilidade de Hitler, uma vez chegado ao poder, obrigar a uma redefinição do mapa colonial mundial – que podendo apenas muito remotamente passar por uma intervenção militar direta da Alemanha nesse sentido, poderia ser conseguida através de uma negociação com os britânicos para esse efeito. De facto, para os apoiantes do salazarismo, «mais do que um problema de expansão de espaços vitais», o regime deveria, acima de tudo, «enfrentar o problema da conservação e integração de um legado histórico»²⁰, representado nas Colónias ultramarinas.

A permanente ansiedade vivida pelas elites portuguesas – e pelo regime – relativamente à manutenção das Colónias portuguesas, durante todo o período que analisamos, é, de todos os pontos que neste trabalho abordamos, o único no qual se congregavam todas as correntes políticas aqui representadas. Com efeito, o medo de que Hitler voltasse as suas ambições territoriais para as

¹⁸ Autor não identificado, «O nosso direito», in *República*, 23.6.1933, Lisboa, p. 1.

¹⁹ Filipe Ribeiro de Menezes, *Salazar, uma biografia política* (3ª ed., Lisboa: Dom Quixote, 2010), 125.

²⁰ Manuel Braga da Cruz, *O partido e o Estado no salazarismo*, (Lisboa: Editorial Presença, 1988), 52

Colónias portuguesas era comum a salazaristas, católicos, republicanos liberais e, até certo ponto, nacional-sindicalistas – estes últimos, no entanto, procurando, sistematicamente, tranquilizar os colonialistas das restantes forças políticas nacionais relativamente às ambições coloniais dos nazis. Com a força do nacional-socialismo em rapidíssima ascensão, e face ao aumento das suas reivindicações, os colonialistas portugueses pareciam, antes de mais, temer que, num ato de deslealdade para com um aliado seu – que, historicamente, não seria inédito...-, a Grã-Bretanha pudesse usar as Colónias portuguesas como moeda de troca no sentido de apaziguar os apetites territoriais que os nazis demonstravam ter dentro do continente europeu. No fundo, mais do que o despoletar de uma nova guerra na Europa, aquilo que, perante a emergência do nazismo na Alemanha, mais assustava as elites portuguesas era a possibilidade de uma reordenação colonial que interferisse com o Império português.